

REBELIÃO E OUTRAS FORMAS DE RESISTÊNCIA À ESCRAVATURA NA ILHA SÃO TOMÉ (SÉCULOS XVI A XVIII)

Arlindo Manuel Caldeira*

1. Introdução

Parece (e é) um lugar comum, mas não deixa, por isso, de ser menos verdadeiro: a resistência à escravidão começa com a própria escravidão. Será, porém, nos tempos modernos, quando é introduzida nos espaços coloniais uma economia de exportação baseada na agricultura de plantação e na extracção mineira, uma e outra assentes na exploração intensiva da mão-de-obra escrava, que o fenómeno ganhará uma dimensão quase mundial.

Das ilhas atlânticas africanas às Caraíbas, ao Brasil e ao resto do continente americano, a resistência à dureza do exílio, à violência do trabalho e às arbitrariedades de senhores e capatazes leva ao aparecimento das mais diversificadas formas de reacção por parte dos escravos. Essa reacção pode passar por atitudes individuais (de impacto mais discreto) ou assumir o carácter de fugas sistemáticas, de formação de grupos organizados, de ataques às fazendas ou mesmo (último receio dos proprietários e da administração colonial) ganhar a dimensão da rebelião generalizada.

Por razões diversas, algumas facilmente imagináveis, a recusa da escravidão não foi, durante muito tempo, objecto da investigação histórica, a não ser nalguns aspectos mais rocambolescos. Só nas últimas

* Centro de História de Além-Mar (Lisboa).

décadas esses estudos ganharam direito de cidade e foram conseguindo o beneplácito acadêmico, sendo hoje particularmente bem conhecidos os movimentos de escravos na América Central e, embora com aproximações mais recentes, começando a ser muito interessantes os resultados sobre o Brasil.

O objectivo da nossa comunicação é simples. A partir da análise crítica da literatura publicada, complementada com investigação de arquivo, procurámos ter uma visão global do fenómeno da resistência à escravatura num espaço circunscrito, o da ilha de São Tomé (Golfo da Guiné), durante os três primeiros séculos da colonização¹. Na medida do possível, tentámos que essa abordagem fosse feita numa perspectiva multidisciplinar e integrando os contributos de trabalhos sobre espaços coloniais afins².

Algumas características da ilha de São Tomé impõem uma certa especificidade ao fenómeno que é objecto do nosso estudo. Trata-se de uma pequena ilha (cerca de 860 km²), situada a uma curta distância do continente africano (pouco mais de 300 km). Fisicamente caracteriza-se por um relevo vigoroso em que se passa, num espaço breve, do nível do mar a mais de 2000 m. de altitude (o pico de São Tomé atinge 2024 m) e em que dez outros picos têm altitudes muito acima ou próximas dos 900 metros. Junte-se-lhe a floresta omnipresente, com os

¹ O âmbito da comunicação que nos propusemos apresentar ao colóquio *Trabalho Forçado Africano* era um pouco mais vasto do ponto de vista geográfico: "Rebelião e outras formas de resistência à escravatura nas ilhas do golfo da Guiné (sécs. XVI-XVIII)". Depressa nos apercebemos, porém, do excesso de ambição. Na apresentação oral faltou o tempo. Na passagem a escrito falta o espaço. Salomonicamente deixamos as restantes ilhas para outra ocasião e circunscrevemo-nos a São Tomé, a ilha para que dispomos, aliás, de documentação mais numerosa (embora limitada) e de informação mais detalhada (embora insuficiente). O que não impede, naturalmente, referências dispersas aos outros espaços.

² Para um enquadramento mais geral da problemática da resistência à escravatura, foram-nos particularmente úteis, além da clássica antologia de Richard Price, *Maroon Societies. Rebel Slave Communities in the Americas*, Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1996 [1ª ed., 1973], as seguintes obras: John K. Thornton, *A África e os Africanos na formação do mundo atlântico*, Rio de Janeiro, Elsevier, 2004 [Ed. orig., 1998]; Stuart B. Schwartz, *Escravos, roceiros e rebeldes*, São Paulo, Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2001 [Ed. orig., 1992]; e João J. Reis e Flávio S. Gomes (org.), *Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000 [1ª ed., 1996].

primeiros relatos de europeus a mostrar-nos a ilha coberta de densa vegetação desde a praia até às serranias mais altas³, de que, nas décadas seguintes, só foi arroteada uma estreita faixa que acompanhava o litoral do Norte e do Leste. Nesse espaço roubado ao *ôbô* (como, exactamente por influência africana, veio a chamar-se, em São Tomé, à floresta tropical), concentra-se-á uma enorme massa de escravos, desproporcionada em relação a uma população europeia ou euro-descendente, a uma limitada no número e dispendo, ao longo do tempo, de meios de coerção muito reduzidos.

A densidade de escravos deve-se a dois factos. Por um lado, as roças de açúcar, começadas a instalar no fim do século XV e em pleno funcionamento na 2ª década da centúria seguinte, exigem muita mão-de-obra quer para o granjeio da cana quer para a manutenção dos engenhos. Por outro lado, São Tomé será, a partir da primeira dessas datas, uma plataforma na distribuição de escravos com destino a Lisboa, a S. Jorge da Mina e, não tardará, à América espanhola, o que fará com que algumas fazendas se destinem apenas à concentração de cativos com vista à sua posterior re-exportação. Quando, depois de meados de seiscentos, a cultura da cana agonizar e anemizar também o tráfico negreiro de iniciativa insular, São Tomé tornar-se-á uma plataforma fundamental no grande comércio transatlântico. Isso vai exigir a manutenção da actividade agrícola, embora já em regime de policultura e virada sobretudo para a produção alimentar, e fará com que continuem a passar pela baía de Ana de Chaves (o porto da ilha) carregamentos de escravos, sobretudo em direcção ao Brasil, que algumas vezes são desembarcados, para refresco, antes de continuarem viagem.

De onde provêm estes escravos ?

Durante o final do século XV e primeiros anos do século XVI vêm, acima de tudo, do golfo da Guiné principalmente dos chamados “rios da Guiné” ou “costa dos Escravos”, isto é, da bacia do Níger, com

³ “Quase no meio desta ilha, existe um monte grandíssimo, cujo cume sobe a muitas milhas de altura, todo coberto de árvores altíssimas, muito verdes e de troncos muito direitos. Estas são tão grossas e tão densas, e o caminho tão íngreme, que só com extrema dificuldade se pode ali subir”. *Viagens de um piloto português do século XVI à costa de África e a São Tomé*, Introdução, tradução e notas de Arlindo Manuel Caldeira, Lisboa, 2000, pp. 113-114 (c. 1530).

particular destaque para o reino do Benim. Aliás, enquanto São Tomé abasteceu de escravos S. Jorge da Mina, a região aurífera sempre preferiu, talvez por razões de idioma, os escravos dessas proveniências. No entanto, a produção de açúcar (pedindo mão-de-obra abundante) e a intensificação do tráfico de escravos com destino às Índias Ocidentais, vão exigir o recurso ao Congo e a Angola (“reino de Ndongo”). De Mpinda (porto do Soyo, actual Santo António do Zaire) e progressivamente das zonas mais ao sul, virá a grande massa de escravos que abastece São Tomé até às primeiras décadas do século XVII. Só que Angola, uma vez resolvidos os problemas políticos da ocupação holandesa, passará a comerciar directamente com o Brasil e a América Espanhola, saindo quase completamente da órbita são-tomense. Na 2ª metade do século XVII e durante o século XVIII, o abastecimento da ilha em trabalhadores cativos voltará a fazer-se na costa africana, mas agora em zonas mais próximas do arquipélago e menos batidas pelo grande comércio europeu, como o Gabão, sendo só raramente que as embarcações de São Tomé demandam a região do Níger, nomeadamente o Calabar e o reino de Ard. No entanto, os navios baianos que tocam a ilha trazem grossas partidas de escravos da zona “da Mina” (sobretudo do golfo do Benim), uma vez que podem comerciá-los por tabaco, uma mercadoria particularmente bem recebida.

2. De que falamos quando falamos de resistência

Já atrás aludimos a diferentes formas de resistência e distinguimos atitudes individuais de atitudes colectivas.

Entre as primeiras, poderíamos começar por referir as mil astúcias pessoais para sabotagem dos equipamentos e dos ritmos de trabalho. Não se espera, porém, que sobrem delas sinais palpáveis na documentação produzida pelos sectores dominantes dessas sociedades. Teremos, quando muito, de procurar, indirectamente, esses vestígios nas denúncias dos colonizadores contra a “preguiça” dos escravos ou, num nível mais elaborado, contra a “ociosidade natural” dos africanos.

A resistência, a nível individual, pode também oferecer aspectos mais dramáticos como a recusa da procriação ou o suicídio. De facto, sempre que temos alguns índices minimamente credíveis, podemos perceber que a taxa de fecundidade das mulheres escravas é surpreen-

dentemente baixa, o que, se pode ter outras justificações como a violência do trabalho ou a alimentação deficiente, talvez se deva também a práticas de interrupção voluntária da gravidez. É o que atesta Antonil, falando do Brasil: “Algumas escravas procuram de propósito aborto, só para que não cheguem os filhos de suas entranhas a padecer o que elas padecem”⁴.

Quanto ao suicídio, já o capitão-donatário Alvaro Caminha fala, a par dos que fugiam, dos escravos que se enforcavam⁵ e, mais de dois séculos depois, o governador Sarmento de Sá não deixava de manifestar ao rei a sua preocupação pelo número de “mortes desesperadas” entre os trabalhadores não-livres⁶.

Embora haja também fugas individuais, em São Tomé (como nos outros espaços coloniais) será a fuga em grupo a manifestação mais comum de resistência, ainda que, no que se refere a esta ilha, precisemos de distinguir a fuga por mar da fuga para o “mato”. Enquanto a fuga por mar é, em princípio, definitiva, o mesmo não acontece com a fuga para o mato pelo que, nesta, tentaremos dissociar, embora com consciência da dificuldade, as fugas provisórias e para espaços próximos das roças, das fugas de que resultam projectos de fixação em comunidades autónomas, os *mocambos*. E, falando de *mocambos*, não poderemos deixar de enfrentar o problema dos *Angolares*, que vai ter de nos merecer algum desenvolvimento. Deixaremos para o fim as insurreições ou sublevações dos escravos (dos escravos das fazendas, entenda-se) e, ainda aí, diferenciando as insurreições localizadas daquelas que têm um carácter mais generalizado.

⁴ André João Antonil, *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, Edição crítica de Andrée Mansuy, Paris, Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine, 1968 [1711], p. 132.

⁵ Testamento de Álvaro de Caminha, 24 de Abril de 1499, in Luís de Albuquerque, dir., *A Ilha de São Tomé nos séculos XV e XVI*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, p. 73.

⁶ A.H.U., S. Tomé, Caixa 5, doc. 74, Carta do governador Serafim Teixeira Sarmento de Sá ao rei, 30 de Agosto de 1730.

3. Falsas fugas, fugas por mar, fugas para o mato

Nem sempre as fugas são formas de resistência à escravidão. Algumas vezes o escravo pode querer apenas trocar de senhor por razões que nem sempre se afiguram claras (o mais óbvio é pensarmos na iniquidade do primeiro proprietário), fazendo pressupor cumplicidades com escravos de outros senhores.

Com que intenção, por exemplo, alguns escravos fugiram, em 1739, de uma fazenda anexa ao hospício agostinho da cidade de São Tomé para se irem acolher a casa de António de Barros, um negro forro que era capitão do mato⁷? E que levou um pretinho a ausentar-se, durante vários dias, tendo confessado, ao regressar, que estivera em casa de um outro proprietário, onde um escravo deste último o mantivera oculto numa loja⁸?

Que a fuga de um escravo para casa de terceiros era prática corrente atesta-o o ouvidor-geral Caetano de Mesquita que, cerca de 1770, sentiu necessidade de agravar as penas a quem recebesse em sua casa ou fazenda escravos fugitivos⁹.

Há, no entanto, outros tipos de fugas. Uma das particularidades de São Tomé é o facto de muitas (ou pelo menos algumas) vezes, os escravos tentarem escapar à condição de servidão lançando-se ao mar em canoas. Isto decorre, obviamente, da proximidade em relação à costa africana e a outras ilhas, nomeadamente Fernando Pó e Ano Bom¹⁰, o que era uma tentação de liberdade. Mas tem também a ver com o facto de muitos dos escravos serem provenientes das bacias dos grandes rios, tendo alguns experiência de navegação. Além disso, em São Tomé, a ligação entre a maior parte das roças fazia-se por mar e as actividades piscatórias podiam ter lugar a considerável distância¹¹, tudo condições que familiarizavam alguns escravos com o mar e lhes alimentavam

⁷ A.H.U., S. Tomé, Caixa 7, doc. 29, Carta do presidente do hospício agostinho de S. Tomé ao rei, 2 de Setembro de 1739.

⁸ A.H.U., S. Tomé, Caixa 6, doc. 79, Carta do governador D. José Caetano Sotomayor ao rei, 22 de Março 1738.

⁹ A.H.U., São Tomé, Cx. 59, doc. 57, Relação da viagem, s/ identificação [ouvidor-geral Caetano de Mesquita?] e s/data [1770?] (Carlos Agostinho das Neves, *São Tomé e Príncipe na segunda metade do século XVIII*, Funchal/Lisboa, 1989, p. 283).

sonhos de partida. As fontes “oficiais” são, em geral, discretas em relação a esse meio de fuga (que significava o corte radical com o universo colonial e as suas normas de propriedade) e preferem identificá-lo com uma forma de suicídio. Assim, segundo o cónego Manuel do Rosário Pinto, no seguimento de uma insurreição derrotada em 1709, os principais cabecilhas “fugiram em canoa para o mar com os roubos que fizeram; querendo obviar o ficarem mais cativos, voluntariamente morreram afogados”¹². E o governador Serafim Teixeira Sarmiento de Sá, lamentando, em 1730, a situação deplorável em que se achavam sujeitos muitos escravos da ilha, alega que “alguns, por não poderem conseguir a liberdade e vexados muitas vezes extraordinariamente, se precipitam aos mares em canoas adonde se afogam”¹³.

Não temos a certeza que fosse sempre a morte o destino deste tipo de fugitivos. Já no testamento de Álvaro de Caminha, de 1499, se fala de cinco escravos que fugiram num barco¹⁴ e, na primeira metade do século XVII, fontes holandesas referem que os fazendeiros são-tomenses preferiam os escravos de Ard (Daomé) aos do rio Calabar pois estes fugiam muitas vezes, incluindo em canoas para o mar¹⁵.

Um episódio curioso envolve, em 1679, o governador Julião de Campos Barreto, acusado pelos seus opositores de ter ido à ilha do Corisco (na costa do Gabão) e ter capturado alguns naturais que vieram a bordo. Muitos ter-se-iam lançado ao mar e ele só conseguira reter o

¹⁰ Fernando Pó (hoje Bioko, Guiné Equatorial) praticamente não chegou a ser objecto de colonização europeia até ao século XIX e Ano Bom podia ser considerado também um espaço de liberdade, uma vez que a população africana da ilha tinha ganho total autonomia a partir do fim do século XVII. É certo, porém, que quer a distância quer as correntes não facilitavam a ligação entre São Tomé e Ano Bom com meios elementares de navegação. Temos em preparação um trabalho sobre esta última ilha, numa primeira aproximação a esse mundo totalmente original em muitos aspectos, incluindo o da resistência à escravatura.

¹¹ Cerca de 1530, o chamado “piloto anónimo” diz que os habitantes de São Tomé iam muitas vezes pescar à ilha de Ano Bom (*Viagens ...*, cit., p. 103).

¹² Manuel do Rosário Pinto, *Relação do descobrimento da ilha de São Tomé...*, Biblioteca da Ajuda, Manuscrito 51 - IX - 24, Livro II, cap. 38.

¹³ Carta do governador Serafim Teixeira Sarmiento de Sá ao rei, cit.

¹⁴ Testamento..., cit., p. 72.

¹⁵ Gerhard Seibert, “A questão da origem dos angolares de São Tomé”, in *Brief Papers*, nº 5, Lisboa, Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento, 1998, p. 7.

“rei gentio” com dois pagens que levava a São Tomé, fazendo deles escravos, “donde lhe fugiram em hua canoa para a sua terra”¹⁶.

Da ilha do Príncipe vem, em 1719, a notícia de um grupo de negros, de mais de um proprietário, que, tendo fugido numa canoa e enfrentado “muito riscos no mar” vieram encalhar na costa, de onde decidiram ir pedir perdão aos seus senhores¹⁷.

A prova provada da frequência das fugas por mar e do sucesso de algumas delas vem-nos da ilha de Fernando Pó. O capitão-de-fragata espanhol D. José Varella y Ulloa, que, em 1778, esteve na ilha, na altura da transferência da sua soberania de Portugal para Espanha, conta, a propósito do número de habitantes: “en el dia asciende a tres o quatro mil, sin contar una gran porción de esclavos fugitivos de Principe y Santo Tomé, que se han establecido en la parte meridional”¹⁸.

Se a fuga por mar fala muitas vezes apenas pelo gesto em si, pois só mais dificilmente podemos acompanhar os fugitivos no seu posterior destino, não acontece o mesmo com a fuga para o mato.

Numa ilha em que a floresta original ocupava, no século XVI, quase nove décimos da área total, chegava às portas da cidade e envolvia a área cultivada das fazendas, a floresta era, além de uma realidade física, a metáfora da zona sem ordem nem lei, a fronteira onde terminava o território sob controlo oficial. Não admira, por isso, que se torne o espaço preferido dos que querem fugir à legalidade instituída, sejam escravos ou homens livres. Vemos um grande fazendeiro perseguido pela justiça, Fernão Soares de Noronha, barricar-se primeiro na sua roça e posteriormente refugiar-se no mato¹⁹. Vemos um dos cônegos da Sé, o mestre-escola João da Mota Henriques, ameaçado com um processo pelo seu bispo, embrenhar-se no interior da floresta²⁰.

¹⁶ A.H.U., S. Tomé, Caixa 3, doc. 50, Consulta do Conselho Ultramarino de 24 de Abril de 1679.

¹⁷ *Actas da Câmara de Santo António da ilha do Príncipe: 1672-1777*, Introd. e notas por Fernando Castelo Branco, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1970, vol I, p. 231.

¹⁸ Mariano L. de Castro e M^a Luísa de la Calle, *Origen de la Colonización Española en Guinea Ecuatorial (1777-1860)*, Valladolid, Secretariado de Publicaciones de la Universidad, 1992, p. 25, n. 34.

¹⁹ Cristina M. S. Serafim, *As ilhas de São Tomé no século XVII*, Lisboa, Centro de História de Além-Mar, 2000, p. 290.

²⁰ M. Rosário Pinto, *cit.*, Livro II, cap. 17.

Face a exemplos como esses, quem se pode admirar que os escravos fujam? E como evitá-lo?

Já no tempo do capitão-donatário Álvaro de Caminha (1493-1499) há notícia de vários escravos fugidos para os matos, pelo que “levemente se não podem haver”²¹. Entre 1514 e 1527 (não é a série completa mas os números disponíveis para alguns dos anos) de 12 904 escravos importados e registados pela Fazenda Real fugiram 670, o equivalente a 5%²². Em 1530, um contratador experimentado, Afonso de Torres, chamado a depor numa inquirição sobre o assunto, declarou peremptoriamente: “nenhum Remedio se pode dar para leyxarem de fugir”. E acrescentou, reforçando a inevitabilidade: “Ninguem nom he senhor dos ditos estpravos na dita ilha senam enquanto os ditos stepravos querem estar com seu senhor”²³.

Logo no ano seguinte, a Casa da Mina dirigia-se ao feitor e aos oficiais de S. Tomé traçando este panorama: “Por algumas cartas que desa ylha são vindas, soubemos como os negros do matto andavam muyto favorecidos e em condiçom de se esa ylha perder. E como matarom muytos dos moradores e homens brancos e pretos que lá foram comtra elles; por omde, senhores, nos parece que segundo esse negocio vai, se não ouver resystemcia, que se perderá esa ylha e cedo será toda de negros”²⁴.

Podíamos seguir com citações dos séculos XVI, XVII e XVIII para chegarmos sempre à mesma conclusão: apesar de ritmos diferentes em cada um desses séculos, os escravos fogem para o mato com a maior facilidade e em grande número e isso assusta fazendeiros, funcionários régios e o próprio poder central²⁵.

²¹ Testamento..., cit., p. 73.

²² Catarina Madeira Santos, «A formação das estruturas fundiárias e a territorialização das tensões sociais: São Tomé, primeira metade do século XVI», *Studia*, n.º 54/55, 1996, p. 78. É certo que é preciso ter alguma prudência com os dados citados, uma vez que provêm de responsáveis pela administração dos escravos da Fazenda Real, que podiam ser tentados a explicar pela fuga défices na sua contabilidade decorrentes de razões mais obscuras.

²³ AN/TT, *Corpo Cronológico*, II-161-91, fl. 6, Inquirição de 22 de Fevereiro de 1530 (C. Santos, “A formação...”, p. 79-80).

²⁴ Carta da Casa da Mina para o feitor e oficiais de S. Tomé, 12/12/1531 (*Monumenta Missionaria Africana*, I, p. 548).

²⁵ Essas fugas dão-se a partir das roças (as que mais preocupam os proprietários) mas igualmente das fazendas onde os escravos são concentrados para serem re-exportados e também (há notícias até ao século XVIII) dos próprios navios ancorados no porto.

Consequências imediatas: os colonos circunscrevem-se ao litoral norte e nordeste da ilha, abandonando definitivamente as fachadas sul e oeste (o “lado detrás da ilha” ou “de detrás da serra”) tornadas indefensáveis e cada vez mais perigosas²⁶. Simultaneamente desenvolvem-se os meios possíveis de repressão destinados não só a castigar os fugitivos e/ou fazê-los regressar aos seus proprietários como a dissuadir novos projectos de fuga.

Desde cerca de 1530 que se começa a falar de “guerra do mato” e a expressão não podia ser mais adequada: é de uma autêntica guerra que se trata, de uma guerra de vida ou de morte entre os africanos fugitivos e os defensores da ordem colonial. Deve ser pela mesma altura que é criado o cargo de “capitão do mato”, com a função de comandar e coordenar as acções militares nessa área. Em 1533, essa responsabilidade pertencia ao corregedor da ilha de São Tomé sob o título de “capitão dos negros alevantados”²⁷, mas depressa se tornará um cargo autónomo que se mantinha ainda no último quartel do século XVIII e que, além de “capitão do mato”, conheceu as designações de “capitão da guerra do mato” e de “capitão-mor do mato”.

No entanto a guerra do mato, quer na primeira fase da implantação da economia açucareira quer depois, em momentos de crise aberta, é uma actividade que envolve o conjunto dos colonos e dos seus dependentes directos (incluindo uma clientela de escravos). Ninguém escapa a essa guerra sem quartel. Em 1590, até o cura da igreja de N. S. da Conceição alega, entre os seus serviços, ter ido duas vezes à guerra do mato²⁸. E na candidatura a alguns lugares mais cobiçados da administração do território, os moradores não deixam de evocar no seu currículo a participação na “guerra do mato”²⁹, o que mostra como a luta contra os negros fujões era um combate prioritário. Aliás, na primeira metade do século XVI, quando a luta era mais renhida, o corregedor Lourenço

²⁶ “... Sou enformado que por medo dos ditos escravos do mato estão despovoadas as fazendas de detras da sera, he seus donos as não ousam aproveitar, nem outras muitas em que se soyam semear mantimentos” Regimento do Feitor do Trato da Ilha de S. Tomé, 1532 (C. Santos, “A formação...”, cit., p. 83).

²⁷ AN/TT, *Corpo Cronológico*, II-186-59, fl. 6, Carta de 19 de Novembro de 1533 (C. M. Santos, “A formação...”, cit., p. 84).

²⁸ Carta do bispo deão (sic) a El-Rei, 12 de Janeiro de 1590 (MMA, III, pp. 389-390).

²⁹ C. Serafim, *As ilhas...*, cit., pp. 85, 127 e 154.

Henriques Pereira estava autorizado, por carta régia, a fazer cavaleiro todo o que se distinguisse nas campanhas contra os “negros alevantados”³⁰.

Períodos há em que essa guerra é puramente defensiva. Em determinadas conjunturas, porém, ganha carácter ofensivo. Quando há queixas dos moradores, são contra o facto de os oficiais régios não mostrarem empenhamento suficiente nem disponibilizarem o dinheiro necessário para expedições consequentes³¹. Sempre que se pode, mobilizam-se todos os recursos, como aconteceu em 1536 em que se envia para o mato um corpo pago de besteiros e espingardeiros, brancos e pretos³². O mesmo tipo de intervenção teve o governador Francisco de Barros de Paiva (chegado à ilha em Janeiro de 1547), em resultado da qual, a ser verdade, “o mato dela e os alevantados estão postos em muito medo e espanto por serem muitos mortos”³³. E, em 1593, em consequência da acção de outro governador, Miguel Teles de Moura, dizia-se que “se forão extinguindo quasi de todo os negros alauantados”³⁴.

Em situações de maior acalmia, a repressão dos escravos fujões cabia essencialmente ao capitão ou capitães do mato, tornando-se uma actividade profissional (não excessivamente prestigiada), desempenhada, de uma forma geral, por aventureiros e marginais, muitos deles ex-escravos ou mestiços forros. Em 1593, aliás, tinha sido permitido aos delinquentes condenados a pena não superior a cinco anos de degredo na ilha, desde que não fosse por «delitos escandalosos», a possibilidade de a cumprirem servindo na guerra do mato³⁵. Em 1685, o capitão-mor do mato era Manuel Tavares, “preto mui valeroso, de que todos na Ilha tinham medo”³⁶.

³⁰ C. M. Santos, “A formação...”, cit., p. 86.

³¹ Carta dos juizes ordinários de São Tomé aos oficiais régios, 6 de Setembro de 1535 (*MMA*, II, p. 46)

³² AN/TT, Corpo Cronológico, II-207-16, 22/4/1536 (C. M. Santos, “A formação...”, cit., p. 85).

³³ Carta da Câmara de São Tomé de 1 de Março de 1547 (*MMA*, II, pp. 157-160).

³⁴ Trelado de um capítulo do regimento do capitão Vasco de Carvalho de Sousa, 26 de Fevereiro de 1593 (*MMA*, III, pp. 461-463).

³⁵ Carlos Agostinho das Neves, Jorge Manuel Flores e Artur Teodoro de Matos, “A repressão contra os escravos de São Tomé (1595) e a guerra em Ceilão (1587-1617)” in *Portugal no Mundo*, vol. V, Lisboa, Alfa, 1989, p. 107.

³⁶ M. Rosário Pinto, *Relação...*, cit., Livro II, cap. 20.

Uma notícia de 1580 fala na existência de três capitães do mato (“para defensão dos alevãtados há 3 capitães espalhados polla Ilha para defenderem a Cidade”³⁷) mas o que mandavam os regimentos régios, no final do século XVI, era que houvesse dois capitães e que, cada um deles, “com a gente de sua obrigação”, ficasse no terreno de operações em semanas alternadas³⁸.

As despesas da guerra do mato corriam a expensas da Fazenda Real³⁹ e dos moradores (por intermédio da Câmara), em partes iguais, todavia a principal fonte de receitas dos capitães do mato (e o principal estímulo à sua pertinácia) provinha da importância que recebiam dos proprietários respectivos por cada escravo recuperado, importância que estava fixada pela Câmara, em 1679, em 500 réis⁴⁰ e que atingia, em 1738, os 2000 réis⁴¹.

Próximo da data da criação do cargo de capitão do mato, foi também instituído, em 1534, o cargo de meirinho da serra, para policiar a serra e “ordenar esta área”⁴². Era, de certo modo, a face judicial da mesma luta, uma tentativa para incorporar no espaço da ordem jurídica oficial a zona marginal que eram os matos, uma vez que o meirinho tinha as funções de citar, perseguir e prender criminosos. No clima de guerra que aí se vivia, não parece que essa acção fosse muito eficaz (embora a área das roças também estivesse na sua alçada), daí que, em 1626, o governador da ilha propusesse (e fosse aceite por Lisboa), a extinção do cargo⁴³, curiosamente com o argumento de que tinham acabado as

³⁷ Carta de Frutuoso de Almeida para o padre Francisco Martins, 4 de Março de 1580 (MMA, III, pp. 187-188).

³⁸ Treslado de um capítulo do regimento..., cit., pp. 461-462.

³⁹ A Fazenda Real gastava, em 1605, 300 000 réis para pagar a guerra do mato, o que não chegava a 10% do que se consumia, em São Tomé, com o pessoal eclesiástico e era cerca de 5% das despesas totais do território (C. M. Serafim, *As Ilhas...*, cit., p. 236).

⁴⁰ A.H.U., *S. Tomé*, Caixa 3, doc. 50, Consulta do Conselho Ultramarino de 24 de Abril de 1679.

⁴¹ A.H.U., *São Tomé*, Cx. 6, nº 85, Carta do governador D. José Caetano Sotomayor ao rei, 15 de Junho 1738.

⁴² AN/TT, *Chancelaria D. João III*, Doações, L. 7, fl. 106, 21/3/1534 (C. M. Santos, “A formação...”, cit., p. 87).

⁴³ Cabiam-lhe, então, de ordenado e licenças, sessenta e seis mil reis (A.H.U., *S. Tomé*, Caixa 1, doc. 108, Carta do Governador A. G. Maracote de 10 de Fevereiro de 1626).

“guerras do mato” para que fora criado⁴⁴. Apesar disso, mistérios da burocracia, o cargo mantinha-se, pelo menos nominalmente, ainda no fim do século XVII⁴⁵.

No conjunto de providências englobadas na “guerra do mato”, houve também várias tentativas — todas falhadas — de povoar, ou repovoar, a metade meridional e ocidental da ilha, a mais massacrada pelos ataques, como já se disse. Fez parte do projecto a construção, exigida pelos moradores, de uma fortaleza na mesma área, a qual — provavelmente mais um acampamento fortificado do que uma fortaleza — veio de facto a ser erguida na década de 30 do século XVI, recebendo o pomposo (e pouco adequado) nome de Castelo da Vitória⁴⁶. É talvez a ele que se refere o mapa publicado numa obra holandesa de 1597 ou 1598, mas que utiliza seguramente uma fonte portuguesa anterior (estão em português as legendas da carta), o qual identifica no lado oeste da ilha o local onde estava a “gente darmas contra os negros”⁴⁷. A ausência de informações posteriores sobre este “castelo” leva-nos a concluir que foi abandonado ainda no século XVI ou pouco depois.

Não há dúvida de que a “guerra do mato”, entendida como resposta à pressão dos escravos fugitivos, teve um efeito importante na sobrevivência do regime colonial mas, por outro lado, nunca conseguiu estancar as saídas em direcção aos espaços não controlados pelos colonizadores.

O ritmo de fugas atinge o seu ponto mais alto no século XVI (com a grande concentração de escravos nas roças do açúcar e a violência das tarefas exigidas). Desacelera a partir das primeiras décadas do século XVII, por razões que têm a ver, mais do que com a eficácia da repressão, com a evolução da economia e da própria estrutura social.

No século XVIII, as fugas são já pontuais e o poder colonial, apesar das suas debilidades estruturais, parece capaz de responder às situações

⁴⁴ *Ibid.*

⁴⁵ C. M. Serafim, *As Ilhas...*, cit., pp. 74-75.

⁴⁶ AN/TT, *Corpo Cronológico*, II-219-27, 16 de Junho de 1538 (C. M. Santos, “A formação...”, cit., pp. 85-86) e Artur Teodoro de Matos e Luís da Cunha Pinheiro, *A Ilha de São Tomé no reinado de D. João III, Sep. de D. João III e o Império*, Lisboa, 2004, p. 451.

⁴⁷ Théodore Monod, *Note sur quelques cartes anciennes de São Tomé*, separata do vol II das *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos*, Lisboa, 1961, pp. 5-12.

mais preocupantes. Em 6 de Setembro de 1724, alguns escravos, que se tinham insubordinado e fugido de um navio inglês, são perseguidos e recuperados⁴⁸. No princípio de 1726, há um grupo de negros minas levantado no sítio de *Oque d'El Rei*, um monte entre a Praia Lagarto e a cidade, que atacava as fazendas e as pessoas. José Pinheiro da Câmara, que então governava a ilha, temendo os efeitos dessa acção às portas da cidade, seleccionou um conjunto de moradores (em que ia José Soares de Noronha, capitão da guarda do governador) que foram, em 20 de Janeiro desse ano, reprimir os insurrectos⁴⁹.

4. E depois da fuga?

Uma vez internados no mato, uma vez ganha a liberdade em relação a senhores e capatazes, os escravos ficavam sujeitos a outra dependência igualmente premente: a necessidade de assegurar a sua subsistência.

A mata de *ôbô* que cobria a maior parte da ilha era um refúgio relativamente seguro pela densidade das enormes árvores de fuste limpo que a constituíam, sem grande vegetação rasteira que impedisse a circulação em direcção a recessos protegidos⁵⁰. Os mais previdentes, os que não tinham fugido num aperto de urgência, haviam de ter levado alguma arma ou ferramenta e, eventualmente, alguma comida para as primeiras necessidades. Os problemas começavam depois. A fauna era escassa, a floresta não abundava em recursos alimentares espontâneos de origem vegetal e tudo isso era ainda mais grave quando “cada dia o dito mato se enche de negros fogydos”⁵¹.

Ora, grupos mais numerosos podiam dar aos seus membros sentimentos de solidariedade e de segurança, mas significavam dificult-

⁴⁸ A.N./T.T., *Chancelaria de D. João V*, Livro 73, fls. 316-316vº, 22 de Junho de 1728, Confirmação de José Soares de Noronha como tenente-general da praça da ilha de S. Tomé.

⁴⁹ *Ibid.*

⁵⁰ Sobre a ecologia dos vários espaços geográficos da ilha, numa perspectiva de história económica, vale a pena consultar Jacques-Dominique Benoist, *São Tomé et Príncipe: L'aménagement colonial d'un ecosysteme equatorial insulaire*, Mémoire de D.E.A. d'Etudes Romanes, Universidade de Rennes 2, 2002 (policopiada), pp. 130-144.

⁵¹ Carta dos juizes ordinários de São Tomé aos oficiais régios, 6 de Setembro de 1535 (MMA, II, p. 46).

dades acrescidas de sobrevivência quando ela dependia exclusivamente da recollecção.

Um documento de 1530 não hesitava em afirmar: “a serra anda chea de escravos e andariam mujto mais [se] se nam comesem huns aos outros”⁵². Naturalmente que não convém tomar ao pé da letra a expressão de um europeu assustado com a dimensão do fenómeno das fugas. Mas ela é, sem dúvida, a imagem do superpovoamento num espaço limitado e de recursos imediatos escassos.

Por isso, a maior parte dos escravos não se afastava muito das roças em funcionamento. Alguns tinham deixado lá familiares e amigos e todos sabiam que era lá que podiam obter, melhor ou pior, meios alimentares imprescindíveis. Mesmo as roças abandonadas, onde sobreviviam eventualmente algumas construções habitáveis e talvez se mantivessem ainda de pé bananeiras, palmeiras e outras árvores de fruto, eram capazes de se revelar muito atractivas.

Assim, para alguns desses grupos, a sobrevivência pode ser garantida, dentro de certos limites, pela parasitagem das fazendas. Outros, ou os mesmos, optam por constituir grupos armados que se dedicam à banditagem na passagem dos rios ou à beira dos caminhos. Em 1532, uma quadrilha assalta um grupo de moradores⁵³. Em 1726, num monte não longe da cidade, um grupo de fujões ataca não só as fazendas como os viandantes⁵⁴.

No entanto, além da sempre problemática garantia da subsistência, os fugitivos têm de enfrentar também a dureza de algumas acções punitivas e, sobretudo, o desgaste permanente da acção dos capitães do mato que procuram evitar que os grupos se estabilizem e ganhem lideranças e, sobretudo, que se fixem territorialmente, o que tentam evitar destruindo-lhes as lavras incipientes e abatendo as árvores fruteiras.

Tudo isso leva a que muitos escravos não aguentem o pesado fardo da liberdade e aceitem voltar a carregar o da escravidão. Uns são presos ou deixam-se prender, outros voltam pelo seu próprio pé. No caso de a

⁵² AN/TT, Corpo Cronológico, II-161- 91, fl. 7, Inquirição de 22/Fevereiro/1530 (C. M. Santos, “A formação...”, cit., p. 79).

⁵³ C. M. Santos, “A formação...”, cit., p. 84.

⁵⁴ Confirmação de José Soares de Noronha, 22 de Junho de 1728, cit.

fuga não ter sido precedida por alguma infracção muito grave, nomeadamente crime de sangue, os senhores recebem, em geral, os seus escravos com relativa benevolência. Não será o filho pródigo mas sempre é um bocado de propriedade que regressa. Aliás a não ser que o castigo assumisse a forma de condenação à morte ou de venda para fora da ilha, os proprietários sabem que as penas podiam ter um efeito contraproducente, incitando à reincidência na fuga. Em 1719, um roceiro da ilha do Príncipe queixa-se da excessiva complacência de outros fazendeiros, seus vizinhos, que tinham aceitado de volta, sem o mínimo castigo, escravos fugitivos⁵⁵. Até em casos de sublevações violentas, como as de 1595 e 1675 (que voltaremos a referir), só os cabecilhas com os apanhados em combate são castigados.

Se alguns dos escravos fugitivos são mortos pelas patrulhas que percorrem os matos, se outros preferem entregar-se, outros há que não podem ou não querem regressar. Para estes, resta ainda uma possibilidade: continuar a escalada dos montes (dos “picos”) e procurar um espaço relativamente resguardado onde se possa erguer um abrigo que proteja da chuva e satisfazer, através da agricultura combinada com a recollecção, as necessidades alimentares mínimas.

A agricultura que aí se estabelecia, depois de uma abate sumário de árvores, baseava-se, com certeza, no cultivo do inhame e da bananeira e, provavelmente, da palmeira de andim (ou dendém) que, além dos seus outros multi-usos, tem a grande vantagem de fornecer uma gordura preciosa (o azeite-dendém) e uma bebida alcoólica (o apreciado vinho de palma). Tanto a bananeira como a palmeira suportam a altitude, sendo que, no caso da palmeira, diminui, com a altitude, a produção de azeite mas, ao que se diz, o vinho ganha qualidade⁵⁶. Francisco Tenreiro, sem estar a pensar em escravos em fuga, conta como, em pleno *óbô*, ele próprio vira bananeiras, resultado de anteriores derrubadas, a altitudes consideráveis⁵⁷.

⁵⁵ *Actas da Câmara de Santo António...*, cit., p. 231.

⁵⁶ F. M. de Carvalho Rodrigues, *S. Tomé e Príncipe sob o ponto de vista agrícola*, Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1974, p. 96.

⁵⁷ Francisco Tenreiro, *A ilha de São Tomé*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1961, p. 163.

É tempo de uma clarificação conceptual. Os documentos referem-se ora aos “negros do mato” ora aos “negros da serra”. Na maior parte dos casos, estão a falar da mesma coisa, como se vê nalguns documentos, um ou outro já citado nesta secção. Para as plantações de cana-de-açúcar apenas tinham sido desbastados os terrenos até à cota aproximada dos 200 metros⁵⁸. Daí para cima começava o *mato*, daí para cima começava a *serra*.

No entanto, algumas fontes preferem distinguir as duas realidades. Quando, em 1534, Diogo Fernandes recebe carta de cavaleiro, tratava-se de um prémio pelos serviços que prestara na “guerra do mato e na serra”⁵⁹. Essa distinção de espaços parece corresponder, se não estamos enganados, à já referida evolução na situação dos fugitivos. Enquanto, inicialmente, a maioria vive na orla das fazendas (o *mato*), cedo começou a haver grupos que, pressionados pelas acções punitivas das autoridades coloniais e pelas necessidades alimentares, vão procurar lugares mais recônditos para se fixarem (a *serra*).

Além de *mato* e *serra*, pelo menos desde 1535 que as fontes de origem portuguesa se começam a referir a *mocambo*, ao *mocambo*, aos *mocambos*.

O vocábulo *mocambo* é um termo Kimbundu (ou Kikongo?) que significa cumeeira da casa⁶⁰, por extensão, a própria casa e, por analogia, ponto alto, nível superior de uma habitação, de uma serra ou mesmo, eventualmente, de um grupo social. O termo fixa-se em português para designar uma comunidade de escravos fugidos, embora, inicialmente, quando os próprios informadores ainda não estão familiarizadas com a

⁵⁸ Francisco Tenreiro, *Engenhos de água na Ilha de São Tomé no século XVI*, Sep. Publicações XXIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, Coimbra, 1957, p. 8.

⁵⁹ AN/TT, *Chanc. D. João III*, Doações, L. 20, fl. 44, 19 de Fevereiro de 1534 (C. M. Santos, “A formação...”, cit., p. 86).

⁶⁰ J. D. Cordeiro da Matta (coord.), *Ensaio de Dicionário Kimbundu-Portuguez*, Lisboa, António Maria Pereira, 1893, p. 104; Pe. António da Silva Maia, *Dicionário complementar Portugues-Kimbundu-Kikongo (Línguas nativas do Centro e Norte de Angola)*, Cucujães, Editorial Missões, s.d., p. 157 (este último autor apresenta *mukambu* como um vocábulo Kikongo). Já no século XVII Cadornega apresentava a mesma definição: «Mocambo chama este Gentio ao pao que atravessa para soste o cume da casa» (António de Oliveira Cadornega, *História Geral das Guerras Angolanas*. Anotado e corrigido por José Matias Delgado, vol. II, Lisboa, Agência Geral das Colónias, p. 128).

palavra, pareça também referir-se a um lugar determinado e até a uma pessoa⁶¹. Pode ter sido de São Tomé que o vocábulo passou ao Brasil, onde ganhará o sentido de esconderijo⁶² e será usado a par de *quilombo*, acabando por ser preterido por este.

Na ilha, a população da cidade, à medida que aí iam chegando as notícias do que se passava no mato, começou por chamar (se não erramos) *mocambo*, entre outras acepções menos precisas, aos aldeamentos de fugitivos, independentemente do local em que se situavam. Num segundo momento, porém, quando esses aldeamentos iniciaram o movimento em altitude, na procura de maior tranquilidade, o termo passou a ser associado a “serra” ou a “pico”. Em 1547, refere-se, a propósito da violenta repressão aos escravos fujões, que um “morador desta ilha, por nome Diogo Álvares, com sua pessoa e escravos, deu neles e *lhes entrou um pico* e feriu muitos e matou e trouxe bem quarenta vivos, entre mulheres e moços⁶³” (sublinhado nosso).

O mapa publicado na Holanda em 1597, à que já fizemos referência, situa ligeiramente a sul (em relação ao centro geográfico da ilha de São Tomé) aquilo que designa como “o pico do Mocambo, onde estão os negros alevantados”, pico que Francisco Tenreiro identificou com o actual Cabumbê. Talvez, como sugere Monod, apenas com argumentos de bom senso, o autor da carta se quisesse antes referir à montanha mais alta de São Tomé (o pico homónimo, ou simplesmente “o Pico”, por antonomásia)⁶⁴. Não cremos que a localização rigorosa seja um aspecto fundamental do problema e quer-nos até parecer que se instalaram comunidades de escravos fujões em vários desses picos (cf. documento *supra*). Depois, paulatinamente, umas desaparecerão e outras terão tendência a concentrar-se, embora, se possam manter, apesar de tudo, núcleos de povoamento separados. A propósito do final

⁶¹ “He verdade e notoreo que mocâbo cõ muyta gente andam no mato e fazem quãto dano podem en matar e roubar homes e destruir fazendas. [...] E estarmos todos temORIZADOS aguardãdo o dia que o dito mocâbo e sua gente pode fazer algum mal, o que Deus nõ queira”. Carta dos juizes ordinários de São Tomé aos oficiais régios (6 de Setembro de 1535), cit.

⁶² S.B. Schwartz, *Roceiros...*, cit., p. 255. Segundo o mesmo autor, é também empregue, gostaríamos de sublinhar, no sentido de *ladeira* (p. 220).

⁶³ Carta da Câmara de São Tomé de 1 de Março de 1547 (MMA, II, p. 157-160).

⁶⁴ Théodore Monod, *Note sur quelques cartes ...*, cit., p. 9.

do século XVII fala-se nas *aldeias* dos negros angola do Pico ⁶⁵ e, ao terminar o século XVIII, ainda se diz, merecendo que sublinhemos, outra vez, os plurais: “Nas *montanhas* desta ilha, se acham habitando um [grande] número de escravos (...) chegando a propagação a tantos que se acham divididos em *três povoações*”⁶⁶.

Voltando às designações *mato*, *serra* e *mocambo*, inicialmente quase indiferenciadas, a tendência posterior será para que a primeira seja aplicada aos negros “alevantados” na região envolvente das fazendas e que muitas vezes são capturados ou a elas regressam. Por sua vez, os termos *serra*, *pico* ou *mocambo* aparecem na documentação, juntos ou separados, para nomear, na maior parte dos casos, grupos já fixados e organizados em áreas pouco acessíveis das montanhas. Como a instalação em *mocambos* correspondia a um corte com o catolicismo, não só nos aspectos litúrgicos, mas também, a não ser em formas sincréticas, nas próprias crenças, esses grupos são designados muitas vezes como *gentios* ou *infiéis*.

Os capitães do mato sabiam fazer bem a distinção entre os dois tipos de fujões. No caso dos negros que tinham abandonado há pouco as fazendas e ainda eram facilmente associados a elas, prendiam-nos e deviam entregá-los aos seus senhores, cobrando cinco tostões por cada cabeça (preço de 1679). No caso de “gentio bravo”, as *peças* pertenciam à Fazenda Real⁶⁷. Que esses “gentios” são os mocambeiros refugiados no interior da ilha não restam dúvidas: “Nos sertões e montes da dita ilha [de S. Tomé] se acham bastantes pretos gentios”⁶⁸. E a identificação com os *angolas* ou *angolares* (questão a que voltaremos já a seguir) não demorará a ser feita: “Também na dita ilha se acham bastantes negros Angolas ainda infiéis e gentios, que vivem em a mesma absolutos”⁶⁹.

⁶⁵ M. R. Pinto, *Relação...*, cit., Livro II, cap. 25.

⁶⁶ A.H.U., *São Tomé*, Cx. 22, doc. 53, Carta do capitão-mor João Baptista e Silva para o secretário de Estado, Martinho de Melo e Castro, 30 de Março de 1789 (C. A. Neves, *São Tomé...*, cit., pp. 401-402).

⁶⁷ Consulta do Conselho Ultramarino de 24 de Abril de 1679, cit.

⁶⁸ A.H.U., *São Tomé*, Cx. 13, doc. 20, Carta do capitão-mor das ilhas de S. Tomé e Príncipe Vicente Gomes Ferreira, para o secretário de Estado, Martinho de Melo e Castro, 15/2/1771 (C. A. Neves, *São Tomé...*, cit., p. 331).

⁶⁹ A.H.U., *São Tomé*, Cx. 59, doc. 50, Notícia da ilha de São Tomé pelo cónego Manuel de Deus Penaforte e Oliveira, 1770? (C. A. Neves, *São Tomé...*, cit., p. 293).

5. A questão dos Angolares

Como se passou da expressão genérica de *mocambo* à designação de *angolas* ou *angolares*, pela qual, ao menos a partir do século XVIII, é conhecido o núcleo de resistentes que habita nas zonas mais inacessíveis da ilha⁷⁰?

Creio que é possível iniciar a genealogia desse núcleo no século XVI, numa época em que a percentagem de escravos de origem bantu era já significativa entre os trabalhadores das fazendas. O facto de se chamarem *mocambos* aos primeiros grupos estáveis e organizados de fugitivos mostra como, a partir de uma data que não é fácil de estabelecer mas que não andarão longe do fim da década de 20 desse século, passou a ser marcante o peso numérico, e provavelmente a liderança, dos escravos de etnia *mbundu*. O que não significa, obviamente, que houvesse uma homogeneidade étnica nos mocambos.

Esses *mocambos* ir-se-ão deslocar, por razões que já vimos, para os picos do interior, não necessariamente para os cumes das montanhas mas, de qualquer modo, para cotas elevadas das encostas viradas a sul e a oeste, protegidas pela densidade da floresta, pela pluviosidade, pelos caminhos sinuosos e escorregadios e até pela cobra preta. Isto é, lugares quase inacessíveis à população europeia e europeizada⁷¹. E a inacessibilidade terá tendência a aumentar com o recuo da agricultura de exportação, a partir do século XVII, quando algumas áreas antes arroteadas começam a ser invadidas pela vegetação de recobrimento, a *capoeira*, formação secundária que, entrelaçada de lianas e arbustos espinhosos, se torna mais intransponível do que o *óbô*, a floresta dita primária.

Os quilombos das montanhas ter-se-ão formado, muito provavelmente, através de vagas sucessivas de fugitivos mas devem ter atingido um certa estabilidade demográfica ainda na primeira metade do século

⁷⁰ Um excelente balanço da literatura publicada sobre os Angolares até perto do final do século XX é-nos dado por Gerhard Seibert, "A questão da origem dos angolares ...", *cit.*

⁷¹ Mesmo por mar, o meio preferido pelos europeus para as suas deslocações, o acesso à fachada oeste é complicado, devido ao facto de a costa cair em falésias quase a pique, na maior parte da sua extensão.

XVI, tendo começado então a ser substituídos os primeiros mocambeiros por elementos de segunda geração. Em 1549, por exemplo, surgem dois negros nascidos já na serra e que, por isso, se consideram livres. Brás Syloamba (Silwamba?) e Pêro de Castro⁷² vieram “da serra onde andavam com o Mocambo” para casa de Ana de Chaves, na cidade de São Tomé, e vão fazer ao monarca português petições em que requerem que não sejam tidos por homens cativos nem, como tal, sejam perseguidos pelas autoridades, o que o rei lhes defere. Ambos alegam não só o seu nascimento na serra como o facto de serem filhos de “negras livres” que já tinham sido criadas na mesma serra⁷³.

A partir, pelo menos, do fim do século XVII, os contactos desse remoto mocambo com a restante população são-tomense tornam-se mínimos (já voltaremos a este aspecto) e forma-se uma imagem dos mocambeiros que os caracteriza pela incivilidade e pela ferocidade, o que acaba por funcionar como uma barreira suplementar entre as duas comunidades⁷⁴. Essa imagem parece penetrar inclusivamente os escravos das fazendas, já de si afastados daqueles pela origem étnica e pela cultura, estando então perfeitamente consumada a separação entre *minas* e *angolas*. Segundo o capitão-mor Vicente Gomes Ferreira, em 1771: “Dizem os moradores da ilha [de São Tomé] que os ditos angolas

⁷² Mereceria algum comentário o facto de ambos os nomes próprios serem de origem europeia e um dos apelidos ser claramente de matriz africana, mas a verdade é que não sabemos como eram nomeados na serra nem se esses nomes não foram apenas pedidos de empréstimo para a complicada batalha legal em que Ana de Chaves os apoiou e que veio a terminar com a confirmação régia da sua situação de homens livres.

⁷³ AN/TT, *Chanc. D. João III*, Privilégios, L. 2, fls. 313vº-314, 26 de Junho de 1549 e Perdões e Legitimações, L. 7, fls. 261vº-262, 5 de Julho de 1549 (C. M. Santos, “A formação...”, cit., p. 87).

⁷⁴ Este estereótipo mantinha-se ainda no século XIX, numa altura em que os Angolares já viviam junto ao litoral. No último quartel do século, um fazendeiro recordava “os boatos aterradores, que vogavam com mais ou menos fundamento, relativamente aos instintos ferozes” dos Angolares. E contava que “reinava ainda em 1879 terrôr panico pelos povos angolares”, relatando que “os primeiros cabindas e mesmo filhos de S. Thomé que contratei para as embarcações (...) nam queriam passar de Agua Ize para sul, porque os angolares comiam gente — diziam elles” (Alfredo Gomes Dias e Augusto do Nascimento Diniz, “Os Angolares: Da autonomia à inserção na sociedade colonial (segunda metade do século XIX)”, *Ler História*, nº 13, 1988, pp. 67-68).

lhes são muito úteis na terra, pela razão que tendo os seus escravos receio deles não fogem para muito longe”⁷⁵.

Em 1789, os chamados Angolares, atacados por uma epidemia (segundo a versão oficial) ou por outras razões que desconhecemos, resolvem quebrar as barreiras do isolamento e propor às autoridades a sua fixação no litoral, com a condição de não ser posto em causa o seu estatuto de homens livres. O capitão-mor de São Tomé, João Baptista e Silva, chega a sugerir que lhes seja concedido um terreno abandonado num sítio próximo da freguesia da Trindade⁷⁶, o que, eventualmente pela vizinhança da cidade, não virá a acontecer. Em circunstâncias que ainda conhecemos mal, a comunidade angolar transferir-se-á para a costa sueste da ilha, mantendo, até 1878, uma razoável autonomia⁷⁷ e conservando, até hoje, a sua identidade cultural.

Desconhecemos se este grupo sempre se chamou a si próprio, como acontece actualmente, *Ngolá* ou *Angolá*⁷⁸ ou se esse facto resultou da assunção da identidade que lhes era atribuída pelos colonizadores. O facto é que, nas fontes portuguesas, só vemos ser-lhes aplicado o etnónimo *angola* a partir do início do século XVIII, embora referido algumas vezes a acontecimentos anteriores, e, na forma *angolar*, só mesmo em textos do século XIX. Podemos, com alguma verosimilhança, imaginar que desde cedo um grupo alargado de fugitivos reivindicasse para si essa marca identitária, à medida da sua tradição cultural de raiz angolana, que era provavelmente hegemónica. No Brasil, por exemplo, ao célebre quilombo de Palmares, os próprios quilombolas (apesar da diversidade étnica) chamavam *Angola Janga* (Angola Pequena) e, em 1672, a câmara de Salvador queixava-se da opressão que todos sofriam com “os bárbaros de Angola que vivem em Palmares”⁷⁹.

⁷⁵ Carta do capitão-mor das ilhas de S. Tomé e Príncipe..., 15/2/1771, cit.

⁷⁶ A.H.U., *São Tomé*, Cx. 22, doc. 53 - Carta do capitão-mor, João Baptista e Silva para o secretário de Estado, Martinho de Melo e Castro, 30/3/1789 (C. A. Neves, *São Tomé...*, cit., pp. 401-402).

⁷⁷ Sobre este aspecto, continua a ser imprescindível o artigo de Alfredo Gomes Dias e Augusto do Nascimento Diniz, “Os Angolares: Da autonomia à inserção...”, cit., pp. 53-75.

⁷⁸ Ver António de Almeida, *Da origem dos angolares, habitantes da ilha de S. Tomé*, Lisboa, 1962 (Sep. Memórias Academia Ciências de Lisboa, 8), p. 12; e Philippe Maurer, *L'angolar: un créole afro-portugais parlé à São Tomé*, Hamburgo, Helmut Buske Verlag, 1995, pp. 194 e 254.

⁷⁹ S. B. Schwartz, *Roceiros...*, p. 256.

Entre os colonos são-tomenses a distinção entre “minas” e “angolas”, que também só passa para a documentação, ao que sabemos, no século XVIII⁸⁰, deve ter feito o seu caminho anteriormente e não só decorria do saber prático de traficantes e compradores de escravos, como traduzia uma realidade, digamos antropológica, facilmente observável pelos contemporâneos. Realmente, ao mesmo tempo que o termo “costa da Mina” se ia alargando praticamente a todo o golfo da Guiné, a expressão “escravos minas” era aplicada a um grupo etnicamente heterogéneo mas com afinidades culturais, falando muitos deles Edo (o idioma do Benim) ou línguas próximas. Da mesma forma, os “escravos angolas” (maioritários em grande parte do século XVI) também manifestavam, na sua (menor) diversidade, aspectos culturais comuns (alimentares, musicais, etc.), pertencendo ao enorme grupo de línguas Bantu, falando e/ou entendendo grande parte deles o Kimbundu⁸¹.

Como hipótese de trabalho podemos admitir uma evolução em três fases na história do etnónimo *angolares*. Na primeira, são os portugueses que chamam “Angola” ou “Angolas” aos escravos provenientes da área bantu, ampliando a designação que tinham dado ao reino do *ngola* do Ndongo e aos seus habitantes⁸². Numa segunda fase, paralela à primeira, serão os próprios escravos, nomeadamente um extenso grupo de fugitivos, que assumem o nome de Angolas, transformando-o em *Ngolá* e *Angolá* (singular e plural⁸³), de acordo com a morfo-fonologia do Kimbundu. Numa terceira fase, já no século XIX, quando se intensificam os contactos com a comunidade angular (e, em registo separado, já

⁸⁰ É certo que o cónego Manuel do Rosário Pinto, no seu relato da rebelião de 1595, em que utiliza e aparentemente transcreve uma fonte próxima da data dos acontecimentos, se refere aos “negros Angola” (*Relação do descobrimento...*, cit., Livro I, cap. 25). Não podemos, no entanto, saber se a expressão já estava no original quinhentista, hoje perdido.

⁸¹ O padre Alonso de Sandoval, escrevendo de Cartagena das Índias nas primeiras décadas do século XVII, fala dos Angolas como um povo e afirma que eles e os seus vizinhos de uma extensa área para Norte e para o interior, “todos hablan una lengua, aunque con alguna variedad”. Ver Arlindo Manuel Caldeira, “A escravatura vista da América. Alonso de Sandoval e o tráfico de escravos em Angola no início do século XVII”, *Africana Studia*, n.º 5, 2002, pp. 62-65.

⁸² Ver, a título de exemplo, carta do bispo de S. Tomé a D. Sebastião. 20/2/1560 (*MMA*, vol. II, pp. 459-460) e carta do padre Baltasar Barreira para o padre Sebastião de Moraes, 31 de Janeiro de 1582 (*MMA*, vol. III, pp. 209).

⁸³ António de Almeida, *Da origem dos angolares...*, cit., p. 12.

estava fixada a designação de angolano para os naturais de Angola), os colonos reimportam o etnónimo, aportuguesando-o para *Angolar* e construindo com ele o plural *Angolares*.

Ao mesmo tempo que se afirmavam como comunidade, os Angolares criaram uma língua própria, o crioulo Angolar. Parece hoje pacífico que os crioulos Angolar e São-Tomense (ou *Forro*), como o Principense (*Lung'ie*) e o Anobonense (*Fa d'Ambu*), partem de uma mesma origem, um proto-crioulo nascido na ilha de São Tomé logo no início do século XVI⁸⁴. Nos quatro crioulos em causa, cerca de 80 a 90% do léxico é de origem portuguesa, mas são de matriz africana todos os domínios gramaticais.

Dos quatro, é o Angolar aquele que, dentro dos limites referidos, possui a mais forte componente lexical bantu, designadamente do Kimbundu. A questão que a esse propósito continua a pôr-se é precisamente a da forma como foi possível conciliar esse significativo contributo lexical do Kimbundu com uma estrutura de base muito próxima do crioulo São-Tomense, nomeadamente em termos morfosintáticos.

Ter-se-á que admitir que a maioria dos escravos fujões eram já falantes do crioulo original das fazendas (em que a influência das línguas africanas do Golfo da Guiné, nomeadamente do Edo, seria predominante) e que continuaram a usá-lo em seguida.

O crioulo Angolar, segundo Gerardo Lorenzino, terá surgido numa comunidade de fugitivos que remonta ao segundo quartel do século XVI. Terão sido os próprios fujões, maioritariamente de etnia Kimbundu, que “relexificaram” em parte o crioulo que se falava nas fazendas, de forma a afirmarem-se como uma comunidade com valores simbólicos e psicológicos próprios e, ao mesmo tempo, a tornarem essa linguagem “secreta”, isto é, incompreensível para os estranhos⁸⁵. Tjerk Hagemeijer argumenta que, no cenário apresentado de fuga de escravos superficialmente integrados, “seria de esperar que esta comunidade tivesse

⁸⁴ Tjerk Hagemeijer, “As ilhas de Babel: a crioulação no Golfo da Guiné”, *Camões*, n.º 6, Julho/Setembro 1999, pp. 74-88.

⁸⁵ Gerardo A. Lorenzino, *The Angolar creole portuguese of São Tomé: its grammar and sociolinguistic history*, Dissertation submitted to the Graduate Faculty in Linguistics (...) for the degree of Doctor of Philosophy, The City University of New York, 1998 (policopiado), pp. 68-69. Agradecemos ao Gerhard Seibert o acesso a este trabalho.

optado por falar a língua africana predominante entre eles, que indiscutivelmente era o Kimbundu”. Sugere, por isso, que terá havido uma prévia comunidade de escravos fugidos, falantes de um derivado do crioulo original, e terá sido “a absorção, *a posteriori*, de um considerável número de falantes do Kimbundu nessa comunidade [que] terá produzido os efeitos lexicais que chegaram aos nossos dias”⁸⁶.

Seja qual for a hipótese que tomemos como boa, nenhuma dela contradiz dois factos fundamentais: a forte presença da etnia *mbundu* na comunidade de falantes do Angolar (embora seja admissível que existisse uma comunidade prévia com fugitivos de outras origens) e o isolamento em que a maioria da comunidade angolar viveu, em relação aos falantes do São-Tomense, permitindo a diferenciação mútua. A hipótese de Hagemeyer parece-nos perfeitamente conciliável com o que sabemos sobre as fugas de escravos, fazendo, no entanto, com que recuemos o núcleo original dos *angolares* (*angolares avant la lettre*, bem entendido) às primeiras vagas de deserção das fazendas.

Um outro domínio científico pode abrir perspectivas muito fecundas para a elucidação de alguns aspectos mais controversos do povoamento e da distribuição da população em São Tomé, incluindo os relacionados com a formação da comunidade angolar. Trata-se da bio-genética, cujos primeiros estudos sobre as populações são-tomenses têm vindo a lume nos últimos anos⁸⁷. Para já, nos aspectos que aqui nos interessam, algumas das conclusões mais significativas dos trabalhos sobre o património genético dos vários grupos étnicos são-tomenses (Angolares, Forros e Tongas) são as da presença de “distâncias genéticas” estatisticamente significativas entre os Angolares e os dois outros grupos e o facto de os Angolares apresentarem, dos três, os níveis mais baixos de diversidade genética, nomeadamente na proporção dos diferentes haplo-

⁸⁶ Tjerk Hagemeyer, “As ilhas de Babel...”, p. 85.

⁸⁷ M. J. Trovoada, C. Alves, L. Gusmão, A. Abade, A. Amorim e M. J. Prata, “Evidence for population sub-structuring in São Tomé e Príncipe as inferred from Y-chromosome STR analysis”, *Annals of Human Genetics* (2001), vol. 65, pp. 271-83; G. Tomás, L. Seco, S. Seixas, P. Faustino, J. Lavinha e J. Rocha, “The Peopling of São Tomé (Gulf Of Guinea): Origins of Slave Settlers and Admixture With the Portuguese”, *Human Biology* (2002), vol. 74, pp. 397-411; M. J. Trovoada, L. Pereira, L. Gusmão, A. Abade, A. Amorim e M. J. Prata, “Pattern of mtDNA Variation in Three Populations from São Tomé e Príncipe”, *Annals of Human Genetics* (2003), vol. 68, pp. 40-54.

tipos⁸⁸. Se o esclarecimento cabal do primeiro aspecto vai exigir provavelmente uma investigação mais aprofundada, o segundo explica-se perfeitamente no contexto, em que aqui insistimos, do isolamento secular, e conseqüente endogamia, dessa comunidade.

Até a forma como ela se relacionava com uma doença tão massacrante na ilha, como é o paludismo, nos mostra a longa duração do acantonamento angular nas montanhas. Várias fontes do século XVIII nos referem que os indivíduos que aí habitavam e que vinham ou eram forçados a vir para o litoral nordeste, nomeadamente para a cidade de São Tomé, adoeciam com facilidade (como os “filhos da Europa”) e quase sempre morriam dessas maleitas⁸⁹.

Ora, parece hoje seguro que as populações que habitam nas zonas endêmicas da malária desenvolvem anticorpos que lhes permitem ganhar uma relativa imunidade em relação a essa doença. Isso não acontece com as pessoas que vivem a uma certa altitude, onde a morbidade da malária tem uma prevalência bastante menor, uma vez que o anofeles, o mosquito que hospeda o respectivo parasita, se dá mal acima dos mil metros (embora o risco não seja totalmente eliminado e essa barreira possa variar para cima ou para baixo, conforme as regiões). Não nos admira portanto (como admirava aos seus contemporâneos) que os Angolares, que normalmente habitavam em patamares de altitude, sentissem mais duramente os resultados da infecção quando desciam a zonas de planície, como eram as da cidade de São Tomé e das principais fazendas da cana-de-acúcar.

A longa permanência daquilo a que poderíamos chamar o *mocambo angol* e o seu isolamento em áreas recuadas do interior são-tomense não significam total falta de contacto com o espaço colonial. A própria sobrevivência, exigindo produtos impossíveis de obter nas montanhas,

⁸⁸ Isto se sou capaz de traduzir em linguagem comum o que, para os leigos como eu, é ainda um terreno demasiado hermético, quase esotérico. Suponho, aliás, que seria vantajoso para todos vê-lo abrir-se, cada vez mais, à colaboração multidisciplinar.

⁸⁹ Bibliothéque Méjanes (Aix-en-Provence), Ms. 233 (431), «Journal du voyage fait a l'Isle de St. Thomé...» (1709); AN/TT, *Manuscritos da Livraria*, cod. 108, *Memórias da Ilha de San Thomé*, fl. 5v. (c. 1720); M. Rosário Pinto, *Relação...*, cit., Livro I, cap. 13 (c. 1734); A.H.U., São Tomé, Cx. 13, doc. 20 - Carta do capitão-mor das ilhas de S. Tomé e Príncipe, 15 de Fevereiro de 1771 (C. A. Neves, *São Tomé...*, cit., p. 331). Ver também J.-D. Benoist, *São Tomé et Príncipe...*, cit., pp. 124-125.

obrigaria a uma abertura exterior. O problema do sal parece ter sido resolvido, mais tarde ou mais cedo, através de explorações na costa sudoeste, nomeadamente numa pequena enseada antes da Ponta Azeitona, onde, segundo um testemunho do século XVIII, “os negros brabos que chamam Angolas vêm fazer sal”⁹⁰.

Mas havia outra necessidade mais difícil de prover: a de ferro⁹¹, fundamental para a abertura de clareiras, para a defesa, para o trabalho da madeira, para a manutenção da actividade agrícola, por muito elementar que fosse. Dificilmente uma população relativamente numerosa poderia subsistir num meio hostil como a floresta (e ainda por cima sujeita a ameaças exteriores) sem facas, sem machados, sem enxadas... Não é impossível que os angolares dominassem as técnicas da metalurgia do ferro, mas, nesse caso, precisavam do metal. Caso contrário, necessitavam dos próprios artefactos. Num caso ou noutro tinham de recorrer às fazendas (ou aos núcleos urbanos) para se abastecerem.

Embora a documentação não a especifique, essa há-de ter sido uma das razões dos ataques que com regularidade (nomeadamente até ao fim do século XVII) os Angolares realizavam às roças. As fontes escritas, abundantes em referências aos raides às fazendas, preferem sublinhar outra motivação que se lhes afigura mais pitoresca e, para os proprietários, economicamente ruínoza, o roubo de mulheres escravas. Esse rapto, pelo menos nos primeiros tempos, parece natural: em toda a parte do mundo onde o fenómeno é conhecido, o número de homens nos quilombos é superior ao das mulheres (estas são mais renitentes à fuga) pelo que se justifica a necessidade de companheiras. Nas fases seguintes, a persistência desse tipo de comportamento explicar-se-á como uma alternativa à endogamia, como a procura de mão-de-obra (muitas das tarefas agrícolas, e não só, são tradicionalmente femininas em África) e, eventualmente, como consequência da prática da poligamia na elite dominante (dando como certo que se refaz uma hierarquia social), o que, a ser assim, punha em causa as possibilidades de reprodução de amplos sectores masculinos.

⁹⁰ A.H.U., São Tomé, Cx. 59, doc. 26, Relação da ilha de São Tomé e de todas as praias e portos à roda dela, s/ identificação nem data [1770 ?] (C. A. Neves, *São Tomé...*, cit., p. 287).

Esta depredação das fazendas não há-de ter sido muito popular entre os próprios escravos das roças, embora não seja impossível que se estabelecessem também, com alguns deles, relações menos conflituosas, implicando eventual intercâmbio de produtos. Não nos chegaram informações nesse sentido, mas a verdade é que, no último quartel do século XVIII, quando os Angolares pretendem aproximar-se do litoral colonizado, “vieram alguns à fala com escravos das fazendas mais próximas”⁹², o que mostra que não estavam completamente derrubadas as pontes de contacto.

Além dos ataques aos engenhos, a acção mais violenta que é atribuída aos Angolares é uma tentativa, em 1574, de tomar a própria cidade de São Tomé⁹³. Talvez o projecto tenha sido mais inconsequente do que as fontes nos querem fazer crer ou os angolares tenham contado com outras cumplicidades. De qualquer forma, a existir uma iniciativa desse tipo, mostra que tinham, na altura, uma expressão numérica significativa e que dispunham de forças militares razoavelmente treinadas, mesmo se combatendo apenas com “armas de flechas”⁹⁴. Recebidos por um corpo de arcabuzeiros, foram os “negros Angola” obrigados a retirar. Perseguidos pelos soldados, estes terão feito alguns prisioneiros, que rapidamente faleceram, vitimados pelos maus ares (a *malária*) da cidade.

Embora, neste caso, as autoridades oficiais apenas promovam, ao que parece, uma acção de contra-ataque, a iniciativa também pode pertencer-lhes, uma vez que, pelo menos nos séculos XVI e XVII, ainda farão esforços para acabar com esse foco de resistência. Em 1547, um

⁹¹ J.-D. Benoist, *São Tomé et Príncipe...*, cit., pp. 132-133.

⁹² Carta do capitão-mor, João Baptista e Silva, 30 de Março de 1789, cit.

⁹³ Uma das fontes, o cônego Manuel do Rosário Pinto, refere-se expressamente aos “negros de Angola do Pico” e atribui-lhes a intenção de “tomar a cidade” (*Relação...*, cit., Livro I, cap. 13). A outra fonte, que não indica uma data concreta para os acontecimentos, refere os “muitos negros alevantados” do Pico do Mocambo e conta terem os mesmos, nos “tempos passados”, “tomada toda a Ilha, não ficando em salvo mais que a cidade e tres legoas ao redor” (Carta de Frutuoso de Almeida para o padre Francisco Martins, 4 de Março de 1580, *MMA*, III, pp. 187-188).

⁹⁴ Refira-se, à margem, que, no século XVII, Sandoval elogia as capacidades de atiradores de flechas dos povos de Angola e, segundo vários autores, eram famosos os exércitos de frecheiros dos reis do Ndongo (A. M. Caldeira, “A escravatura vista da América...”, cit., p. 62).

documento já atrás referido conta que, a mandado do capitão Francisco de Barros de Paiva, um morador da ilha “lhes entrou num pico”, tendo feito muitos mortos e feridos e trazido vários prisioneiros⁹⁵.

Em 1693, numa altura em que os “negros Angola do Pico” tinham levado para as suas aldeias várias escravas das fazendas, o governador Ambrósio de Barredo e Castro mandou o capitão-mor do mato, Mateus Pires, “com soldados a destruir as ditas aldeias e trazerem presos os ditos Angolas. E o capitão-mor executou a ordem do seu general, trazendo presos a alguns [mas a] maior parte deles se meteram nos brejos mui ásperos”⁹⁶, isto é, procuraram abrigos de retaguarda, seguramente já preparados.

Depois de 1693, parece terem terminado as acções das autoridades com vista à neutralização do “mocambo angolár” mas continuou a haver confrontos esporádicos. Os ataques às fazendas não acabaram, embora diminuíssem de intensidade. Um corsário francês fala, em 1709, dos “negros fugitivos que habitam nas montanhas para escapar à escravidão” e não se esquece de referir os assaltos que faziam “aos portugueses estabelecidos ao longo da costa”⁹⁷. Numa acção em sentido contrário, sabe-se do coronel João Francisco de Almeida, capitão-mor da ordenança e grande proprietário de São Tomé, que “em uma ocasião [cerca de 1770] lhe foi preciso mandar-lhes fazer montaria” (provavelmente na sequência de algum ataque de angolares a fazendas suas) tendo sido feitos vários prisioneiros⁹⁸

Mantinha-se, em suma, uma tensão permanente, como se cada parte quisesse lembrar à outra que a “guerra do mato”, começada havia quase trezentos anos, ainda não terminara. Ao que os Angolares podiam acrescentar que mantinham intacta a sua determinação de liberdade.

6. Os movimentos insurreccionais ou a rebelião organizada

Podemos supor, sem demasiada especulação, que, ao longo do período que aqui abordamos, os escravos de uma ou outra roça se tenham

⁹⁵ Carta da Câmara de São Tomé de 1 de Março de 1547, cit.

⁹⁶ M. Rosário Pinto, *Relação...*, cit., Livro II, cap. 25.

⁹⁷ «Journal du voyage fait a l'Isle de St. Thomé ...» (1709), cit.

⁹⁸ Carta do capitão-mor das ilhas de S. Tomé e Príncipe..., 15 de Fevereiro de 1771, cit.

revoltado, de forma isolada, contra os proprietários das mesmas e assumido, ou tentado assumir, o respectivo controlo. A verdade, porém, é que a documentação que conhecemos não contempla situações desse tipo, o que pode querer dizer (para lá dos documentos que se perderam ou que nós ignoramos) que os contemporâneos não deram demasiado relevo a situações desse tipo. Também não é impossível que os próprios escravos reconhecessem a facilidade com que seria reprimido um movimento muito circunscrito e preferissem, como de facto aconteceu, envolver-se em acções de âmbito mais alargado. A ser verdade, isso mostraria que os escravos mantinham uma rede de relações e de circulação de informações entre as várias fazendas que não só possibilitava acções conjuntas como permitia escolher o momento mais oportuno para as desencadear, aproveitando, quase sempre, situações de instabilidade provocadas por ataques estrangeiros ou por conflitos entre facções do grupo dominante.

Quando tal não sucedia, a rebelião poderia morrer *in ovo*, por falta de adesão de outras roças ou pela reacção mais pronta das forças de repressão. Parece ser o que acontece em Outubro de 1675. Chega a notícia à cidade de São Tomé do “alevantamento dos negros minas”, pertencentes a vários senhores vizinhos, levantamento que se estava a traduzir em ataques às roças, tendo sido morto numa delas, na S. Rafael, um tal Rodrigo Fernandes, provavelmente o proprietário. Foi possível organizar de imediato o contra-ataque, tendo o governador Julião de Campos Barreto enviado o capitão-mor do mato e “alguns capitães de infantaria, com os seus soldados” que jugularam o protesto, tendo matado parte dos revoltosos e prendido outros, a que o governador não poupou a vida, mandando esquartejá-los. A maioria, porém, fugiu para o mato e, a pouco e pouco, vieram entregar-se a seus senhores, que, aparentemente, lhes perdoaram⁹⁹.

Se essas rebeliões mais localizadas já eram de molde a inspirar cuidados, o pesadelo dos colonos são-tomenses era a rebelião generalizada da população cativa, imaginando, nas suas piores expectativas, que pudesse dar-se uma aliança entre os escravos das roças e os negros alevantados (Angolares incluídos). Os mais pessimistas tingiam ainda

⁹⁹ M. Rosário Pinto, *Relação...*, cit., Livro II, cap. 5.

de mais escuro tal receio, calculando o que aconteceria se também os negros forros se juntassem a esses insurrectos. Era uma aritmética assustadora, aos olhos do grupo dominante, mas que, pelo menos na última parcela, não correspondia à realidade local: os negros forros não sentiam qualquer afinidade social e muito menos consciência de grupo em relação à massa dos escravos¹⁰⁰.

As grandes insurreições armadas da ilha de São Tomé, e conhecemos três de maior gravidade, partem, sempre, dos escravos das roças e circunscrevem-se basicamente a eles, não parecendo ter sequer grande adesão dos escravos domésticos, que, muitas vezes, alinham na repressão ao lado dos seus senhores. Também não temos meios de comprovar se há nessas rebeliões a participação dos “escravos alevantados” ou aquilombados¹⁰¹, com quem não se vislumbra, porém, haver grande relação. Embora não se possa afirmar terminantemente que não haja escravos fugidos que participem nestes movimentos, a rebelião parece surgir exactamente como uma alternativa, socialmente mais radical, à fuga das fazendas. Não é impossível que alguns dos escravos crioulos tivessem experiência das difíceis condições do mato, talvez como fujões, e (por isso?) quase todos, quando derrotados, preferem regressar às roças, fazendo o papel de arrependidos, do que juntar-se aos mocambos já instalados.

As principais rebeliões de que temos notícia foram as de 1595, 1617 e 1709. O cônego Rosário Pinto refere ainda a insurreição de 1547 que teria tido como epicentro as “fazendas das Lobatas” (no Norte da ilha?) e como protagonistas “negros e mulatos cativos das fazendas” que tentaram conquistar a capital¹⁰². Não conseguimos, porém, outras fontes que corroborassem essas informações ou que, ao menos, associassem a referida data a qualquer agitação deste tipo.

¹⁰⁰ Ver o nosso artigo «A terra que seus pais povoaram e defenderam... A questão do protonacionalismo em São Tomé e Príncipe nos séculos XVII e XVIII», *Anais de História de Além-Mar*, vol. II, 2001, pp. 323-324.

¹⁰¹ Uma das fontes para a rebelião de 1595 refere, numa só alusão, “o negro Cristóvão, capitão dos negros Angola” (M. R. Pinto, *Relação...*, Livro I, cap. 25). Nada nos permite, porém, associar esse grupo aos chamados “Angolares”, merecendo, no entanto, ser sublinhado o facto de ser referido como um corpo separado e, como tal, identificável.

¹⁰² M. R. Pinto, *Relação...*, Livro I, cap. 25.

Dos vários movimentos de escravos são-tomenses, o que conhecemos melhor é o de 1595¹⁰³, que parece ter sido também o que abalou mais profundamente a estrutura social e a própria economia da ilha, tendo conseguido mobilizar praticamente todos os escravos de fora da capital, num número que não há-de ter andado longe dos cinco mil. Assumiu um carácter muito marcado de revolta social, tendo como alvo os brancos e os mulatos livres (sem excepção), erguendo como bandeira a libertação de todos os escravos que participassem na rebelião e assumindo como estratégia a destruição dos engenhos (entendidos com certeza como símbolos da opressão colonial) e a posterior conquista e ocupação da cidade de São Tomé, sede do poder político e económico. A própria Igreja católica e a sua imagética tradicional não escapam à ira dos revoltosos.

Tendo aproveitado uma conjuntura de conflito no seio da elite colonial (o que não foi seguramente a motivação, mas facilitou a eclosão do movimento), trata-se de uma revolta organizada e dirigida por “crioulos cativos”, isto é, escravos de segunda geração, todos eles trabalhadores das roças açucareiras. Dispôs de uma liderança forte, consubstanciada em cinco ou seis “capitães” provenientes de diferentes fazendas e, sobretudo, na figura do seu chefe máximo, o negro Amador, escravo de um tal Bernardo Vieira¹⁰⁴, o qual viria a intitular-se “rei” (com

¹⁰³ Numa matéria em que a documentação costuma ser pouco loquaz, é, de facto, para esta insurreição que dispomos de um maior número de fontes. O cónego Manuel do Rosário Pinto (*Relação...*, cit., Livro I, cap. 25) dá-nos uma descrição bastante pormenorizada, utilizando para isso um relato anterior, que parece copiar literalmente e cujo autor não identifica mas que foi, quase seguramente, contemporâneo dos acontecimentos e até participante neles. Dispomos ainda de um manuscrito italiano, não datado, existente no Arquivo Secreto do Vaticano com o título “Relatione uenuta dall’ Isola di S. Tomé” (*Fondo Confalonieri*, vol. 33, fls. 372-372 v), que o padre António Brásio publicou (*MMA*, III, pp. 521-523) e que confirma e acrescenta indicações preciosas à outra fonte. Dois documentos de 1599 (uma carta da câmara de S. Tomé e outra do cabido, ambas para o monarca) aludem também directamente aos acontecimentos de 1595 (*MMA*, vol. III, pp. 598-604). O padre Brásio inseriu igualmente na sua antologia monumental um pequeno texto sobre a mesma revolta (*MMA*, III, p. 524), este totalmente irrelevante pois provém de uma “Colecção de sentenças”, organizada em 1863 (BN - Manuscrito 851), que se limita a recolher algumas informações genéricas de Rosário Pinto, obtidas provavelmente através de Raimundo Cunha Mattos, *Corographia historica das ilhas de S. Thomé, Príncipe, Anno Bom e Fernando Pó*, Porto, 1842.

¹⁰⁴ A tantas vezes repetida lenda de Amador como chefe angolar não tem, portanto, qualquer fundamento. O texto italiano que trata do mesmo assunto também considera

poderes, portanto, para conceder liberdade aos escravos) e capitão-general¹⁰⁵.

A insurreição durou vinte dias (entre 9 e 29 de Julho). Durante esse período, os revoltosos são praticamente donos da ilha, tendo queimado, sistematicamente, 60 a 70 engenhos e atacado a cidade por duas vezes, a última das quais (a 28 de Julho) talvez com dois mil e quinhentos homens, armados de flechas mas também de armas de fogo. Trava-se então uma autêntica batalha campal em que sai vitorioso o lado dos colonos, forte da sua artilharia, do inesperado uso da cavalaria e da maior experiência militar. Do lado dos insurrectos, há várias centenas de baixas (200 numa das fontes, 500 noutra) e são enforcados pelos colonos os que, no calor da refrega, se deixaram apanhar vivos.

Amador consegue escapar e refugiar-se no mato, numa parte remota da ilha (mas que não parece ter a ver com mocambos pré-existentes). Cerca de quinze dias depois, denunciado por um, ou mais, dos seus sequazes, é feito prisioneiro. Inicia-se, então, o cerimonial macabro do “castigo exemplar”. Amador, depois de arrastado por um cavalo em cima de uma pele de boi, foi decepado, enforcado e esquartejado, sendo os seus despojos expostos em quatro lugares da cidade. Alguns dos seus capitães e outros acusados de assassinatos públicos foram também condenados a mortes infamantes. Mas muitos dos revoltosos (quatro mil, diz a fonte italiana), aproveitando uma amnistia do governador, voltarão para os seus senhores, que, desconfiados mas sem alternativa¹⁰⁶, acabarão por aceitar o seu regresso ao trabalho.

Das outras sublevações conhecemos bastante menos pormenores, escapando-nos de todo qualquer possibilidade de identificação de personagens. Da revolta de 1617, sabemos particularmente pouco.

Amador escravo de roça, embora identifique o seu senhor como «un gentil'huomo chiamato Don Ferdinando» (confusão provável com o governador da altura, D. Fernando de Meneses).

¹⁰⁵ Também no Brasil a maioria dos líderes quilombolas se intitulava rei e, embora menos frequentemente, capitão (J. J. Reis e F. S. Gomes, “Uma história da liberdade”, introdução a *Liberdade por um fio...*, cit., p. 17). Os referidos autores interrogam-se, aliás, sobre a origem dessa nomenclatura, perguntando-se se ela diria respeito à reconstituição no Brasil de antigas lideranças africanas ou se teria sido inteiramente inventada (*Ibid.*).

¹⁰⁶ Ver Carta da câmara de S. Tomé a El-Rei, 23 de Dezembro de 1599 (MMA, III, p. 601).

Tratou-se de um “alevantamento dos negros crioulos”¹⁰⁷ (negro é então sinónimo de escravo) em que, segundo outra fonte, também participaram “pardos”, com certeza mestiços cativos. Houve, em circunstâncias mal esclarecidas, o aproveitamento de uma procissão e, como sempre, o plano era tomar a capital. Denunciado esse intento, o governador enviou duas companhias em perseguição dos alevantados e manteve a cidade sob vigilância apertada até o perigo ser ultrapassado. No rescaldo do incidente, os moradores exigiram uma fortificação (uma muralha?) que protegesse a cidade (o que o rei aceitou, passou a responsabilidade para o governador e... nunca se construiu). O monarca enviou (ou planeou enviar) “navios de socorro” com armas, materiais e soldados e ordenou também que se mandassem desarmar todos os escravos das roças (“pouco há que fiar dos negros que moram nos engenhos”), excepto naquelas em que fosse necessário haver armas “para evitar desembarque aos estrangeiros”¹⁰⁸ (que eram quase todas).

Em 1709, a capital de São Tomé foi cercada e conquistada com relativa facilidade por uma frota de corsários franceses, tendo sido ocupada durante quase um mês (19 de Abril a 15 de Maio). Os franceses só retiraram, pressionados pela doença da maioria da tripulação, depois de saquearem a cidade e de receberem um pesadíssimo resgate. Durante a ocupação, a maioria dos habitantes com capacidade económica refugiou-se nas suas fazendas, com as respectivas famílias, transportando com eles os bens mais valiosos. Simultaneamente, quase todos armaram os seus escravos, precavendo-se contra uma eventual investida francesa na zona rural.

É nesta conjuntura, uma vez partidos os corsários, que terá lugar um novo levantamento dos escravos “minas” das roças, aproveitando o facto de disporem de armamento. Alguns proprietários (ou os seus delegados) são atacados e as respectivas “casas-grandes” saqueadas. Coligados, os escravos das várias fazendas, elegem um chefe (não sabemos quem) e encaminham-se para a cidade, “onde foi necessario sair a pelear com elles campalmente”. Quem lhes fáz frente são os “moradores” organizados *had hoc*, destacando-se a acção do desembargador Dionísio

¹⁰⁷ Certificado de Francisco de Almeida da Quinta, 20 de Fevereiro de 1617 (MMA, VI, p. 273).

Azevedo Alvelos, que, vale o pormenor, enquadrava quatro escravos seus e um escrivão. Derrotados os atacantes, os principais cabecilhas fugiram numa canoa com alguns bens roubados, não se sabendo se morreram ou atingiram terra firme, eventualmente outro ponto da ilha. Os que foram capturados vivos foram entregues ao governador que, por sua vez, os remeteu aos respectivos proprietários, com a imposição expressa de os venderem imediatamente para o Brasil¹⁰⁹.

Como parece evidente, nenhum dos dois últimos levantamentos citados tem a dimensão, a organização e o impacto do de 1595. De qualquer forma, o facto de, ainda em 1709, ter lugar uma rebelião do tipo da referida mostra como se mantinha uma situação de conflito aberto entre senhores e escravos. O que nos ajuda, aliás, a perceber que, em 1712, o ouvidor-geral Lucas Pereira de Araújo e Azevedo se propusesse avançar com uma série de medidas (que conhecemos apenas genericamente) destinadas a facilitar a concessão de alforria, mediante determinado pagamento, a todos os escravos que quisessem libertar-se. Imediatamente protestam os fazendeiros (em nome dos “moradores e mais povo desta ilha”) ameaçando com a ruína económica e apelando para Lisboa, que virá a dar-lhes razão¹¹⁰. Mas que a iniciativa do ouvidor-geral fazia sentido, mostra-o a posição do governador Serafim Teixeira Sarmiento de Sá, quando o ouvidor Araújo e Azevedo já deixara há muito as suas funções. Em carta para o rei, de 30 de Agosto de 1730, o governador lamenta a “impiedade lastimosa” a que se achavam sujeitos muitos escravos da ilha e sugere uma série de medidas que facilitassem a alforria, nomeadamente os critérios do preço a pagar por quem quisesse alforriar um escravo “por esmola ou obrigação”¹¹¹.

¹⁰⁸ Carta régia ao Marquês Vice-Rei, 4 de Julho de 1617 (*MMA*, XV, pp. 464-465).

¹⁰⁹ A.H.U., S. Tomé, Caixa 4, doc. 36, Representação de moradores de S. Tomé ao rei, 15 de Novembro de 1712; A.H.U., S. Tomé, Caixa 5, doc. 73, Requerimento do desembargador Azevedo Alvelos (anterior a 7 de Julho de 1730); Manuel Rosário Pinto, *Relação...*, Livro II, cap. 38.

¹¹⁰ Posta a questão ao Conselho Ultramarino, este seguiu o parecer do Procurador da Coroa, que manifestara assim a sua estranheza: “Confesso que não entendo o que isto é, nem o parecido. Deve-se remeter ao ouvidor que informe com seu parecer”. A.H.U., S. Tomé, Caixa 4, doc. 36, Representação de moradores de S. Tomé ao rei, 15 de Novembro de 1712.

¹¹¹ Carta do governador Serafim Sarmiento de Sá de 30 de Agosto de 1730, cit.

Desconhecemos qual foi o alcance prático das propostas do governador, sendo certo que, à medida que se avança no século XVIII, o número de alforriados tenderá a aumentar. De qualquer forma, a massa total de escravos que trabalhava nas fazendas era já, então, incomparavelmente menor, os plantéis de cada uma também e a própria cadência do trabalho no regime de policultura já nada tinha a ver com a da época açucareira, gozando os escravos, na maior parte das fazendas, de uma relativa autonomia. Isto não significa que não continuem a existir maus-tratos e, ainda no final de Setecentos, há fugas de escravos, aproveitando-se da *“extensão, altura e fechado dos matos, aonde não se apanha um só, por maior prémio que se arbitre ao Capitão-mor do mato e aos seus soldados”*¹¹². No entanto, já nenhum deles pensa recolher-se em inacessíveis refúgios nas montanhas (de onde, pelo contrário, começam a descer os Angolares, para se fixarem no litoral) e, em São Tomé, parecem já longe os tempos mais tumultuosos, associados à agricultura de exportação. Quem poderia então prever que ela estava quase a chegar de novo, com o seu inevitável cortejo de violência?

¹¹² A.H.U., *São Tomé*, Cx. 59, doc. 57, Relação da viagem..., s/ identificação [ouvidor-geral Caetano de Mesquita?] e s/data [1770?] (C. A. Neves, *São Tomé...*, cit., p. 283).